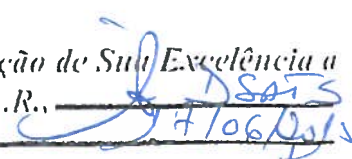




FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PETIÇÃO Nº 53(XII)/4^A

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R., 

Sua Referência:

Nossa Referência: FP-117/2015

Data: 17/06/2015

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Assunto: Envio de Petição "EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE" – Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo

Senhora Presidente,

Junto enviamos as assinaturas recolhidas para esta petição nos distritos que integram a região em epígrafe, a saber: Santarém, Lisboa e Setúbal. São 1.439 assinaturas, no conjunto das recolhidas em suporte de papel (658) e as recolhidas online (781).

Fica a FENPROF a aguardar que, nos termos regimentais, esta petição siga os trâmites estabelecidos.

Com os mais respeitosos cumprimentos

Assembleia da Republica Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>527654</u>
Classificacao <u>1501/</u>
Data <u>17/06/2015</u>

○ Secretariado Nacional


Mário Nogueira
Secretário-Geral

PETIÇÃO

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas, como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

No caso do Distrito de Lisboa do SPGL/FENPROF os signatários salientam ainda:

A insuficiência de jardins de infância públicos do MEC, que possibilitem a frequência de todas as crianças a partir do três anos.

A progressiva extinção do ensino noturno (cursos EFA) que impede o acesso de uma parte significativa da população portuguesa à escola pública, limitando, assim, a melhoria das suas qualificações profissionais e habilitacionais.

Outras dificuldades sentidas na Escola Pública decorrem da progressiva insuficiência de recursos humanos que permitam constituir verdadeiras equipas multidisciplinares (pessoal docente e técnicos). Também a falta de pessoal não docente obsta a que haja uma verdadeira garantia de condições de segurança, higiene e apoio à escola.

Os signatários defendem a urgente resolução das situações acima descritas afim de que exista uma efetiva igualdade de oportunidades e de condições de ensino e de aprendizagem de qualidade.

Nome legível	BI/CC	Localidade
--------------	-------	------------

Devolver, até 5 de Abril, para: SPGL – R. Fialho de Almeida, 3, 1070--128 LISBOA